

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo total atingiu R\$123 milhões (31/12/2019 - R\$114 milhões) e Outros Passivos atingiram R\$38 milhões (31/12/2019 - R\$44 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Brasil Administradora de Consórcios na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Brasil Administradora de Consórcios informa que no exercício findo de 31 de dezembro de

2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Santander Brasil Administradora de Consórcios confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 24 de março de 2021

Os Administradores

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a		01/01 a	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recargas da Intermediação Financeira		6.281	15.387	26.107	26.107
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		6.281	15.387	26.107	26.107
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.281	15.387	26.107	26.107
Outras Recargas (Despesas) Operacionais		207.011	363.077	278.250	278.250
Recargas de Prestação de Serviços	13	274.539	477.939	377.666	377.666
Outras Despesas Administrativas	14	(16.960)	(30.143)	(31.874)	(31.874)
Despesas Tributárias	7.d	(39.075)	(68.642)	(55.080)	(55.080)
Outras Recargas Operacionais	15	5.995	11.239	4.304	4.304
Outras Despesas Operacionais	16	(17.388)	(27.316)	(16.763)	(16.763)
Resultado Operacional		213.292	378.464	304.357	304.357
Resultado Não Operacional		-	-	(20)	(20)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		213.292	378.464	304.337	304.337
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c	(70.614)	(126.225)	(101.484)	(101.484)
Provisão para Imposto de Renda		(51.880)	(92.773)	(74.341)	(74.341)
Provisão para Contribuição Social		(19.719)	(34.743)	(27.826)	(27.826)
Ativo Fiscal Diferido		985	1.291	683	683
Lucro Líquido		142.678	252.239	202.853	202.853
Lúcro por Cotas (Mil)	11.a	238.886	238.886	238.886	238.886
Núcro por Lote de Mil Cotas (em R\$)		597,26	1.055,90	849,16	849,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a		01/01 a	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Líquido do Semestre/Exercício		142.678	252.239	202.853	202.853
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre/Exercício		142.678	252.239	202.853	202.853

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a		01/01 a	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais		142.678	252.239	202.853	202.853
Lucro Líquido		142.678	252.239	202.853	202.853
Ajustes ao Lucro Líquido		(1.633)	(2.781)	(4.317)	(4.317)
Depreciações e Amortizações		-	-	1	1
Impostos Diferidos		(985)	(1.292)	(683)	(683)
Provisões, Passivos Contingentes, Atualização Monetária das Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	10.c	1.795	2.439	6	6
Atualização de Impostos a Compensar	15	(2.401)	(3.911)	(3.683)	(3.683)
Atualização de Depósitos Judiciais	15	(44)	(24)	22	22
Variáveis em Ativos e Passivos		(136.908)	(245.368)	(102.808)	(102.808)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(170.341)	(244.708)	(101.853)	(101.853)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(3.287)	(7.850)	(8.254)	(8.254)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		150.564	121.115	150.532	150.532
Imposto Pago		(113.844)	(113.925)	(81.233)	(81.233)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		4.137	4.089	95.728	95.728
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	11.b	-	-	(96.012)	(96.012)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		-	-	-	-
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.137	4.089	(284)	(284)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício		358	406	690	690
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	4 & 12.c	4.495	4.495	406	406

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

sendo que essas variações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

II - Grupos de Consórcios

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades.

b) Aplicações Financeiras e Disponibilidades

Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos mantidos em conta e aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

c) Direitos junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

d) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.

e) Contribuições Devidas ao Grupo

Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

g) Obrigações com Consorciados

Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.

h) Valores a Repassar

Representam os valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.

i) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, descontado os pagamentos realizados e acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

j) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.

k) Obrigações com a Administradora

Representam as obrigações do grupo de consórcio com a Administradora.

l) Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, acrescidos da respectiva remuneração pelas aplicações financeiras até a data do balanço, atualizada da variação do preço do bem e valores recebidos de consorciados após os procedimentos de cobrança.

m) Recursos Coletados

Representam os recursos coletados pelos grupos e respectivos rendimentos. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

n) Recursos Utilizados

Representam principalmente o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.

o) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade de Grupos Administrados	399	320
Quantidade de Consorciados Ativos	278.184	187.300
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no exercício	31.382	26.559
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos nos grupos em andamento	192.081	133.677
Bens Entregues no Exercício	21.051	14.496
Total de Bens Entregues	165.615	130.400
Bens Pendentes de Entrega	19.292	10.116
Taxa de Inadimplência	6,38%	7,13%

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	4.495	406	690
Total	4.495	406	690

As informações relativas a 31 de dezembro de 2018 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Financeiras

Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009 e atualizada pela Circular Bacen 3.936/2019.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento		31/12/2020		
	Valor do Custo Amortizado/Contábil ^(a)	Valor do Custo Amortizado/Contábil ^(b)	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses
	31/12/2020	31/12/2019	12 meses	12 meses
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	720	700	-	720
Cotas de Fundo de Investimento - Renda Fixa ⁽¹⁾	-	508.402	-	-
Títulos em Negociação				
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento - Renda Fixa ⁽¹⁾⁽²⁾	753.090	-	753.090	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	753.810	509.102	753.090	720
				- 753.810

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

⁽²⁾ Em 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação referente às Cotas de Fundo de Investimento da empresa Santander Brasil Consórcios na sociedade Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado.

⁽³⁾ O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Santander Brasil Consórcios não possui operação com instrumentos financeiros derivativos.

Continua

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2020		31/12/2019	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		775.769	517.309	517.309	517.309
Disponibilidades	4	4.495	406	406	406
Instrumentos Financeiros		753.810	508.402	508.402	508.402
Títulos e Valores Mobiliários	6	753.810	508.402	508.402	508.402
Outros Ativos	8	17.464	8.501	8.501	8.501
Ativo não Circulante		24.645	21.231	21.231	21.231
Instrumentos Financeiros		-	700	700	700
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	700	700	700
Outros Ativos	8	22.319	19.497	19.497	19.497
Ativos Fiscais Diferidos	7	2.326	1.034	1.034	1.034
Imparidade e Compensação		-	-	-	-
Depreciações acumuladas		292	292	292	292
Depreciações acumuladas		(292)	(292)	(292)	(292)
Intangível		-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis		285	285	285	285
Amortizações acumuladas		(285)	(285)	(285)	(285)
Total do Ativo		800.414	538.540	538.540	538.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados		Total
		Capital Social	Reserva de Capital	Reservas Legais	Reservas Estatutárias	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		95.349	1.869	19.069	201.827	318.114
Aumento de Capital		143.536	-	-	(143.536)	-
Lucro Líquido		-	-	-	202.853	202.853
Destinações:		-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	(96.012)	(96.012)
Reserva Legal		-	-	10.143	-	10.143
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	96.355	-	96.355
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	96.355	-	96.355

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos			
Ações Cíveis	90	734	(387)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	824	16	(111)
Outras Provisões Temporárias (1)	121	1.039	-
Total dos Créditos Tributários	1.035	1.789	(498)

(1) Inclui crédito tributário sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil Consórcios foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias	CSLL	31/12/2020	Total
2020	534		192	726	
2022	534		192	726	
2023	107		39	146	
2024	140		50	190	
2025 a 2030	396		143	538	
Total	1.711		616	2.326	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN 4.720 e a Resolução CMN 3.959, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2020 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.203 (31/12/2019 - R\$823), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, a taxa média de captação e outras obrigações, projetada para os exercícios correspondentes.

b) Fiscais e Previdenciárias

31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Pagar	69.143
Total	69.143

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes dos Impostos	378.463
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Rescisamentos	(103.475)
Despesas Indedutíveis e Liquidas de Receitas não Tributáveis	(1.282)
Demais Ajustes	3.735
Imposto de Renda e Contribuição Social	(101.484)

d) Despesas Tributárias

01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas com COFINS	29.776
Despesas com ISS	18.896
Despesas com PIS/Pasep	6.408
Total	55.080

8. Outros Ativos

31/12/2020	31/12/2019
Valores em Cobrança Judicial - Grupos Encerrados	2.184
Devedores por Depósitos em Garantia	
Para Interposição de Recursos Fiscais	293
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	27
Para Interposição de Recursos Cíveis	908
Títulos e Créditos a Receber (1)	6.609
Impostos a Compensar (2)	12.297
Rendas a Receber	17.312
Outros	153
Total	27.998

(1) Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.

(2) Refere-se, principalmente, ao imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento de aplicações financeiras e contribuições a restituir.

9. Outros Passivos

31/12/2020	31/12/2019
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	31.113
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b)(1)	613
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	
- Ações Cíveis (Nota 10.b)	109
Provisão para Valor Pendente de Recebimento Judicial	2.184
Provisão para Pagamentos a Efetuar	87
Estimativa de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	3.271
Outras	990
Total	44.441

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.g).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais por Natureza

31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 9)	613
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 9)	109
Total	722

c) Movimentação das Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

Saldo Inicial	31/12/2020		31/12/2019	
	Fiscais	Cíveis	Fiscais	Cíveis
Constituição Líquida de Reversão (1)	960	2	950	2
Atualização Monetária	(351)	2.790	6	2.545
Baixas por Pagamentos	7	-	20	-
Saldo Final	613	109	960	2

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Provisões para Riscos Fiscais

Auto de Infração (IRPJ) - a Santander Brasil Consórcios discute em processo administrativo a cobrança supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2020, esse processo totaliza aproximadamente R\$560.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cíveis contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$77 e de natureza fiscal, totalizaram em R\$4.700.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 238.886 mil quotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País (31/12/2019 - 238.886 mil quotas).

Os Administradores, em reunião realizada em 30 de abril de 2019, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$79.537 mediante a emissão de 79.537 mil novas quotas, podendo o capital social do valor de R\$95.349 para R\$174.886, homologado pelo Bacen em 09 de agosto de 2019.

Os Administradores, em reunião realizada em 15 de agosto de 2019, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$64.000 mediante capitalização de reservas de lucros, com a distribuição de 64 milhões de novas quotas, passando o capital social do valor de R\$174.886 para R\$238.886, homologado pelo Bacen em 22 de novembro de 2019.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcios é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

A Resolução CMN Nº 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcios, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição trimestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

12. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcios é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcios não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcios é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 238.886 mil quotas, equivalentes a 100% do capital social, consolidada com a aquisição, em 30 de abril de 2020, de 37 quotas de emissão da Sociedade, anteriormente detidas pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., pelo valor de R\$ 76,83 cujo pagamento foi realizado em 24 de junho de 2020. A transferência de quotas foi refletida na 55ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas não realizadas de curso normal dos negócios e em compensação de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	4.495	406	-
Banco Santander (1)	4.495	406	-
Títulos e Valores Mobiliários (2) (Nota 6)	720	1.401	123
Banco Santander (1)	720	1.401	123
Zurich a Receber	-	13.784	-
Rendita Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	13.784	-
Outros Créditos - Diversos	-	7	-
Pessoal Chave da Administração	-	7	-
Valores a Pagar a Sociedades	-	-	-
Ligadas (Nota 14 e 16)	-	22.254	(303)
Banco Santander (1)	-	22.254	(303)
Despesas com Doações	-	-	(350)
Santander Cultural	-	-	(350)

(1) Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcios (Nota 12.b).

(2) Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

13. Receitas de Prestação de Serviços

01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	452.551
Serviços Prestados a Consorciados	25.388
Total	477.939

14. Outras Despesas Administrativas

01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	9.319
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 12.c)	16.276
Comunicações	10
Serviços do Sistema Financeiro	572
Depreciação e Amortizações	-
Patrocínios e Doações	1.949
Outras	2.017
Total	30.143

15. Outras Receitas Operacionais

01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios (1)	265
Atualização de Provisão de Compensar	3.911
Reversão de Imposto de Contingência - Fiscais	351
Reversão de Provisão - Outras	1.237
Atualização de Depósitos Judiciais	24
Recuperação de Encargos e Despesas (2)	5.451
Total	11.239

(1) Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.

(2) Em 2020, refere-se principalmente a ressarcimentos com despesas de cartório.

16. Outras Despesas Operacionais

01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Provisões Operacionais	-
Fiscais (Nota 10.c)	6
Cíveis (Nota 10.c)	2.790
Atualização Monetária de Processos Judiciais	7
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	1.064
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	4.832
Comissões	9.961
Corvêio	3.983
Convênio Banco Santander	5.978
Despesas de Atualização de Impostos	2.502
Riscos Operacionais na Administração de Consórcios	4.339
Outras	1.821
Total	27.316

17. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcios aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander Brasil Consórcios é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Informações Semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao exercício em 31 de dezembro de 2020, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco Santander Brasil S.A. (Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.) monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas da Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco identificou (a) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para empresas; (b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (c) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e (d) aumento em captações realizadas.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

18. Eventos Subsequentes

Em 1º de março de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 1.034, que entre outras medidas altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável às Administradoras de Consórcio de 15% para 20%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. A administração está avaliando os impactos.

ADMINISTRADORES

Amancio Acúrcio Gouveia

Vagner da Silva Rodrigues

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Contador

Gilberto Cabeleira Alves - CRC nº PR040031/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos